

“Nós precisamos reconstruir a nossa história”: pelo que lutam as mulheres quilombolas na “roda” da militância

Adauto Neto Fonseca Duque¹
Méri Frotscher Kramer²

Resumo: Este artigo objetiva evidenciar os protagonismos de duas mulheres negras, sindicalistas e quilombolas do interior do estado do Piauí, reconhecidas como fundadoras e, ainda hoje, ativas na militância pelos direitos dos quilombolas. Com base em entrevistas de História Oral, a análise intenta investigar as experiências de militância, a recomposição de memórias e subjetividades no decorrer da participação ativa em movimentos sociais, assim como suas agências no movimento quilombola. A discussão é fundamentada em referenciais teóricos sobre memória, subjetividade, identidades sociais e interseccionalidades.

Palavras-chave: mulheres negras, quilombolas, militância, memória, identidade

Abstract: This article aims to highlight the leading roles of two black women, trade unionists and quilombolas from the countryside of Piauí, Brazil. These women are recognised as founders and, still today, active in activism in favor of quilombola rights. Based on Oral History interviews, the analysis focus on their activism experiences, the recomposition of memories and subjectivities during their trajectories in social movements, as well as their agencies in the quilombola movement. The discussion is based on theoretical references on memory, subjectivity, social identities and intersectionalities.

Keywords: Black women, quilombolas, activism, memory, identity

We need to rebuild our history”: What quilombola women fight for in the “wheel” of militancy

Introdução

O que seria desse mundo sem militantes? Como seria a condição humana se não houvesse militantes? Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super-homens e não se equivoquem. Não é isso. É que os militantes não vêm para buscar o seu, vem entregar a alma por um punhado de sonhos.

José Pepe Mujica

¹ Mestre em História Social, Universidade Federal do Ceará (UFC); doutorando em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisa apoiada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Email: adautoneto@pcs.uespi.br

² Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), onde atua nos cursos de Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em História. Docente colaboradora do PPGH da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: merikramer@unicentro.br

O engajamento por uma causa social e política, vivenciada como projeto de vida, ainda é possível numa sociedade marcada pela devoção ao sucesso individual? Este questionamento não encerra uma resposta sobre o que seria certo ou errado na atuação política junto a movimentos sociais. Ele visa abrir as discussões a serem desenvolvidas neste artigo, que também dizem respeito a disputas de projetos políticos no tempo presente, o neoliberalismo, de um lado, e a defesa de uma sociedade fundamentada na justiça e na igualdade social e racial, por outro. Mais precisamente, trata-se aqui dos enfrentamentos observados nas militâncias de duas mulheres negras, sindicalistas e quilombolas do interior do estado do Piauí, reconhecidas pelos quilombolas do estado como fundadoras e, ainda hoje, ativas na militância pelos direitos dos quilombolas.

No âmbito de projeto de pesquisa sobre quilombos da região do Semiárido do Piauí,³ duas militantes foram convidadas a colaborar por meio da concessão de entrevistas de História Oral: Maria Rosalina dos Santos, 59 anos, e Osvaldina Rosalina dos Santos, 63 anos, ambas moradoras do quilombo Tapuio, dirigentes sindicais, políticas e participantes ativas da Igreja Católica. Muito embora não fossem moradoras de quilombos do Vale do Guaribas, objeto principal da investigação, entendia-se que seus depoimentos trariam elementos fundamentais para se historicizar o movimento quilombola no Piauí e se evidenciar os protagonismos de sujeitas negras. A relevância das falas de Maria Rosalina e Osvaldina Rosalina são evidenciadas pela longa trajetória em atividades junto aos quilombos, pois estão à frente da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ).

As questões norteadoras da análise são: Como elas narram, em entrevistas de História Oral concedidas a um dos autores, a sua formação enquanto militantes de causas sociais, em especial no movimento quilombola, e que significados atribuem a essas militâncias? Como a experiência da militância dá forma a suas narrativas? Como essas militantes foram recompondo suas memórias no processo contínuo de constituição de suas subjetividades e de mobilização coletiva?

Tomam-se aqui as entrevistas de História Oral produzidas enquanto fontes narrativas, pois o ato de narrar demanda, como aponta Verena Alberti, um “trabalho de transformar lembranças, episódios, períodos da vida, experiências em linguagem”. E neste processo, “a linguagem não ‘traduz’ conhecimentos e ideias preexistentes. Ao contrário: conhecimentos e

³ Projeto de pesquisa “Tradição Oral: memória e identidade étnica em comunidades negras no semiárido piauiense”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, submetido e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual do Piauí sob n. 61614622.3.0000.5209.

ideias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa; por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades”. (ALBERTI, 2004, p. 79).

Como apontam inúmeros autores que tratam das potencialidades da História Oral, a subjetividade – tanto do/a entrevistado/a quanto do/a entrevistador/a – é inerente à composição das fontes orais. É a partir dessa subjetividade que se imprimem os mais diferentes significados e sentidos a eventos do passado e do presente, que são vividos de maneira singular por cada pessoa. E a subjetividade, como apontou Luiza Passerini (apud FREUND, 2013, p. 49), abarca, tanto aspectos de natureza subjetiva espontânea, bem como outras formas de consciência, tais como “o senso de identidade, a consciência de si mesmo e formas mais consideradas de atividade intelectual”.

As reminiscências são compostas ou construídas para dar sentido à vida no passado e no presente, por meio da utilização de linguagens e significados conhecidos da cultura e de forma a compor o passado de forma a fazer sentido para o que se era, se é e se quer ser no futuro (THOMSON, 1997, p. 56-57). É a partir desse horizonte teórico que se pretende discutir as questões inseridas no início deste artigo e o próprio título que abre a discussão: “Nós precisamos reconstruir a nossa história”.

A produção das narrativas orais

Discorreremos aqui sobre a produção das entrevistas de História Oral, visto que os bastidores e as interações que antecederam as entrevistas trazem elementos relevantes para a análise de sua forma e conteúdo, para o entendimento do lugar social ocupado por elas e seu papel enquanto militantes.

As entrevistas com Maria e com Osvaldina foram conduzidas em maio de 2023, depois de algumas tentativas frustradas. Em conversas informais era perceptível que havia resistência em conceder entrevista, pois em suas atividades junto aos quilombolas, elas lidam com situações de conflitos de terra, negociações para concretização de políticas públicas municipais e vivenciam enfrentamentos com invasores de terras em territórios reivindicados por quilombolas. A dinâmica de negociações e conflitos presentes no cotidiano dos negros no Brasil desde o período escravista (REIS e SILVA, 1989), atualmente, coloca em perigo a segurança física de lideranças quilombolas. As articulações prévias para realizar as entrevistas envolveram intermediações de lideranças do movimento quilombola de confiança de ambas e

que conheciam, de longa data, o pesquisador. A insistência e a troca de experiências havidas durante atividades do pesquisador em quilombos no Piauí ampliou a confiança para que elas se tornassem colaboradoras da pesquisa.

No ano de 2022, o entrevistador participou de duas atividades em eventos realizados no quilombo Custaneira, Vale do Rio Guaribas, que contaram com a presença de Maria Rosalina. Nessas oportunidades, foi solicitada uma entrevista com objetivo de conhecer a atuação da CECOQ junto aos quilombos do Vale do Rio Guaribas e a participação de Maria Rosalina na militância negra e quilombola no Estado do Piauí. Esses pedidos de entrevistas feitos não tiveram êxito por conta de agendas e pelo volume de atividades realizadas durante os eventos. Além disto, Maria Rosalina, enquanto militante e detentora de cargo na gestão do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), antes de conceder entrevistas precisa entender os objetivos e os usos de suas falas em qualquer veículo de comunicação e mesmo em investigações de caráter acadêmico. Somente após ser informada sobre a trajetória de pesquisa e atuação do professor Aduino Duque e sobre as questões a serem tratadas, que foi possível um horário em sua agenda para entrevista, que foi produzida de forma presencial no quilombo Custaneira, município de Paquetá do Piauí, em maio de 2023. Na ocasião, Maria Rosalina estava ministrando um curso sobre liderança quilombola, promovido pela CECOQ, em parceria com quilombos da região centro-sul do Piauí. Essa atividade contou com a participação de lideranças negras, jovens e lideranças quilombolas de comunidades, inclusive, do sul do Piauí, distante 700 km do local de realização do curso.

A entrevista com a segunda colaboradora, Osvaldina Rosalina, ocorreu via aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, no dia 23 de maio de 2023. A proposta de fazer via aplicativo foi sugestão da entrevistada, pois não estava com tempo para atender o pesquisador de forma presencial. As perguntas e as respostas foram encaminhadas no tempo de duas horas, conforme programado com a entrevistada. A opção superou o problema da incompatibilidade de agendas e viabilizou a entrevista.⁴ No dia da entrevista Osvaldina estava em sua residência, no quilombo Tapuio, município de Queimada Nova, e o entrevistador na cidade de Picos-Piauí.

As duas entrevistas têm como tema principal a militância quilombola no Estado do Piauí. Todavia, no decorrer de sua produção, motivado pelas falas das entrevistadas, foram

⁴ A prática de entrevistas via aplicativo de mensagens ou outras formas de gravação de áudio ou de audiovisual de forma remota passou a ser utilizada por diversos pesquisadores durante a pandemia do COVID 19. Por exemplo, o projeto “Documentando a Experiência da Covid 19 no Rio Grande do Sul”, coordenado por Carla Rodeghero (vide livro resultante do projeto: RODEGHERO, ALVES, WEIMER, 2023; vide também artigo sobre a entrevistas de História Oral à distância (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2020).

feitas perguntas sobre o surgimento do movimento quilombola no Piauí, a aproximação dos militantes com o governo estadual, as demandas quilombolas e a luta por direitos sociais que ainda não foram conquistados. As entrevistadas fizeram uma análise crítica sobre a atuação do governo do Estado junto aos quilombolas desde a proposição do projeto Ater no Quilombo,⁵ sob responsabilidade do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PI) que completa, em 2023, vinte anos de sua execução em quilombos do semiárido piauiense.

De acordo com o Dicionário Online de Português, o termo militância significa: “prática da pessoa que defende uma causa, busca a transformação da sociedade através da ação: militância política, social, estudantil”. Esse entendimento de que existe uma causa justa pela qual é preciso lutar ficou muito evidente desde o início das entrevistas com Maria e Osvaldina, nas quais uma identidade quilombola é afirmada e legitimada por meio de uma memória reconstruída na resistência contra os insistentes desmandos e pressões sofridas.

Diferentes formas de se construírem como militantes foram elencadas por Maria e Osvaldina durante a produção das entrevistas. Suas narrativas recompõem o processo delas de se fazerem militantes por meio de uma diversidade de ações individuais e coletivas no interior da Igreja Católica, nas Pastorais, do convívio com outros militantes do movimento quilombola, da interação com servidores públicos do governo estadual, entre eles técnicos da Emater, e do diálogo com professores, padres e outras pessoas que se somavam às lutas dos quilombolas. Além de falarem enquanto autoridades e lideranças reconhecidas pelos quilombolas, suas entrevistas contêm modos de contar trajetórias individuais e coletivas especialmente dirigidos para pessoas externas ao movimento quilombola, tal como o pesquisador era compreendido, fato importante a se destacar para melhor entendimento da constituição das narrativas.

“Sou mulher, negra, quilombola”: como se apresentam as “Rosalinas” do quilombo Tapuio e a militância negra

Osvaldina Rosalina e Maria Rosalina, irmãs, são frequentemente citadas em rodas de conversas em quilombos e em reuniões de gestores do estado do Piauí quando o assunto tem relação com trajetória dos quilombolas do Piauí na luta por reconhecimento social. Em razão disto, na parte inicial das entrevistas foi perguntado quem elas são, com o intuito de compreender como elas se apresentam, como organizam e agenciam fatos e, com isso, criam

⁵ Denominação de projeto elaborado e executado pelo EMATER/PI entre os anos de 2004-2013, que visava elaborar planos de diagnósticos socioeconômicos de comunidades quilombolas para subsidiar as ações do governo do Piauí nas áreas de saúde, educação, produção e infraestrutura.

sentidos para suas histórias de vida (RICOEUR, 1995).⁶ As respostas vieram da seguinte forma:

Osvaldina Rosalina: Sou Osvaldina Rosalina dos Santos. Sou mulher. Negra. Quilombola. Do quilombo Tapuio e trabalhadeira rural. Eu sou tataraneta de escravos. Sou militante, sou militante do movimento quilombola, mas antes de eu me auto assumir, iniciei a minha caminhada, ou seja, a minha militância nas Comunidades Eclesiais de Base. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

Maria Rosalina: Eu sou Maria Rosalina. Eu moro no quilombo Tapuio, município de Queimada Nova, e tenho uma trajetória de militância nos movimentos sociais. Mas além disso sou agricultora, a gente vive da agricultura. [...] Maria Rosalina é essa, a mesma Maria do Povo, é a mesma Rosalina, essa Maria de tantos nomes e de tantas lutas e labutas. (Maria Rosalina dos Santos, 2023)

Trata-se de duas mulheres definindo a si próprias com base no realce de distintos marcadores sociais da diferença que se interseccionam entre si. Como ressalta Ana Maria Veiga (2020), são condições estruturais que atravessam corpos, visto que não se trata de uma mera soma de opressões, mas entrelaçamentos de opressões. No caso da narrativa de Osvaldina, na qual isto fica mais explícito, as categorias gênero, raça/etnia, classe, além de identificadores referentes à ancestralidade e posição política, atravessam sua representação de si, revelando ecos e entrecruzamentos dos feminismos negros e dos movimentos negro e quilombola. Sua identificação enquanto quilombola é anunciada enquanto resultado de um processo gradual de assumir a si própria enquanto tal, iniciado por meio da militância nas CEBs', intensificado depois.

Maria Rosalina de igual forma ressalta sua identificação quilombola, classe social (agricultora), militância nos movimentos sociais e, ainda, incorpora à sua apresentação de si a identificação e reconhecimento social dela enquanto “Maria do Povo”. O entrelaçamento dessas identificações é resumido na frase: “é a mesma Rosalina, essa Maria de tantos nomes e de tantas lutas e labutas”.

Nas entrevistas Osvaldina e Maria ressaltam que suas trajetórias na militância resultam de um longo caminho construído a partir de suas participações em atividades da Igreja Católica, atuações nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) e sindicato de trabalhadores

⁶ Este entendimento de Paul Ricoeur parte do seu princípio de que as narrativas autobiográficas – em nosso caso, entrevistas de História Oral que contêm histórias de vida, - não são propriamente o registro mimético da ação dos sujeitos no passado, nem dão acesso substancial a “quem” escreveu ou falou (RICOEUR apud ARFUCH, 2010, p. 115-116).

rurais. As duas militantes, em entrevistas separadas e em dias diferentes, ressaltam que o fortalecimento dessa militância aconteceu quando o senhor José Andreilino, militante do movimento negro e pioneiro no movimento quilombola no Piauí, tio das “Rosalinas”, passou a instruí-las no sentido de buscarem autonomia para inserir a questão racial nas suas atividades.

Tomando as apresentações de Maria e Osvaldina, vemos duas mulheres, quilombolas, agricultoras, que, mesmo com o compromisso de cultivar a terra para garantir seus sustentos, ainda encontram tempo e motivação para lutar, enquanto militantes, em prol de outras pessoas. O povo negro e quilombola, que aprende com a dureza da terra seca a ser forte na luta por seus direitos, é o mesmo povo que Maria Rosalina qualifica como “povo excluído do contexto da gestão pública”. É também o mesmo povo que, de acordo com Osvaldina, precisa reconstruir a sua história, valorizar suas memórias e manifestações culturais, para, a partir disso, ser reconhecido e valorizado por pessoas de fora do seu convívio social.

Na coletânea de capítulos “Sertão Quilombola: comunidades negras rurais do Piauí” (LIMA e FABIANI, 2017), coordenada por Solimar Oliveira Lima e Adelmir Fiabani, encontra-se o capítulo “Maria do Povo, força e raça: história e memória de Maria Rosalina no movimento quilombola (1985-2013)”. Nele, a historiadora Daniely Monteiro Santos, com base em entrevistas e na convivência pessoal com Maria Rosalina, aponta na sua militância “motivações individuais, desejos, sentimentos, vivências, escolhas, estratégias e alianças” (SANTOS, 2017, p. 63) que marcam também as trajetórias de lutas e vitórias que transformaram a organização de trabalhadores rurais negros e alicerçaram suas identificações enquanto negros quilombolas no interior do Piauí.

Ao produzirmos a entrevista com Maria Rosalina, a impressão foi de que a narrativa de sua trajetória funcionava como a escrita de uma cartilha, de um guia para se diminuir as distâncias entre a rejeição social e a aceitação voluntária de uma identidade social.⁷ Maria Rosalina tece uma fala de orgulho, mas com profunda reflexão sobre as angústias vividas até assumir uma postura de busca para se reconhecer numa realidade em que se sentia “muito inferior” aos demais indivíduos que estavam a sua volta. Ela relembra o período em que foi coordenadora da Pastoral da Juventude no município de Paulistana, onde, em encontros e formações, vivenciava situações em que aflorava uma visão negativa de si, a ponto de colocar em risco sua saúde, pois se obrigava a dormir pouco para poder cuidar ou esconder seu cabelo:

⁷ Sobre essa problemática vide: FERNANDES e PEREIRA, 2018, p. 30-49).

Maria Rosalina: Porque eu fazia parte de um conjunto de coordenadores que de negra só era eu. Então, assim, eu me sentia muito inferior. Eu era a última a dormir e a primeira a acordar nas reuniões, quando a gente ia lá para o CPD [Centro Pastoral Diocesano],⁸ onde aconteciam as assembleias, os encontros. Por que eu era a última a dormir e a primeira a acordar? Porque eu tinha que cuidar do meu cabelo, sem ninguém ver. Então, eu tinha que cuidar do meu cabelo. Depois que todo mundo dormia, eu ia fazer algo no meu cabelo para no outro dia eu conseguir pentear eles da forma que eu queria. Então, por isso eu deixava todas as colegas dormir, porque as colegas eram brancas. Quando elas dormiam, eu ia cuidar do cabelo. Eu acordava primeiro pra mim poder fazer o penteado antes das outras acordarem. (Maria Rosalina dos Santos, 2023)

Ao tratar a questão de sentir-se inferior diante de um grupo de mulheres brancas, Maria Rosalina demonstra a leitura do tempo vivenciado entre pessoas que naturalizavam o preconceito contra pessoas negras. Segundo Camila Medeiros (2004, p. 13), a utilização de marcadores físicos – neste caso, a cor da pele e a textura do cabelo - para caracterizar grupos sociais é utilizada em algumas sociedades, tal como a brasileira, e é a esse tipo de definição social que remete a palavra “raça”. João Filipe Marques, citado pela mesma autora, argumenta que “quanto mais for utilizado esse tipo de dispositivo classificatório numa sociedade (que automaticamente associa o fenótipo a características intelectuais e morais), mais racista ela será” (MEDEIROS, 2004, p. 13).

A fala de Maria Rosalina também exalta o momento vivido por mulheres negras que buscam ocupar espaços de poder na sociedade. Inclusive, a questão levantada em sua fala sobre “fazer algo” nos cabelos, no sentido de dominar os fios que poderiam atrair olhares preconceituosos, tem sido ressignificada hoje por muitas mulheres negras que cada vez mais exibem com orgulho a rebeldia de seus cachos, num movimento que opera com a transmutação dos atributos impostos, “passando do exterior/negativo para o interior/positivo, processo que inclui a mudança do rótulo [...] e a inversão do estigma” (POUTINAT e STREIFF-FENART apud MEDEIROS, 2003, p. 15). Esse tema foi tratado, entre outras autoras, pela historiadora Denise Bispo dos Santos (2019, p. 09), ao buscar “compreender os fenômenos que levaram um grupo de mulheres negras a assumir o cabelo crespo tornando-o expressão de luta contra o racismo, estratégia de resistência e redefinição da identidade feminina negra contemporânea”.

⁸ Centro Pastoral Diocesano – CPD ou Centro Diocesano de Pastoral.

No momento descrito por Maria Rosalina suas atividades na Igreja não eram compatíveis com a busca de uma identidade negra, pois este não era um tema recorrente entre os integrantes das pastorais. De acordo com ela, um sacerdote italiano, Padre Ico, que atuava na pastoral do município de Paulistana e que promovia discussões sobre a dinâmica da sociedade e as mazelas provocadas pelo preconceito. Forte impacto lhe causou uma palestra sobre racismo proferida por um “assessor negro” vindo do Rio de Janeiro: “foi nesse encontro, com a palestra desse assessor, que eu não me recordo mais o nome, foi assim, uma coisa tão tocante a fala dele que é como se eu estivesse dormindo e eu acordei”. O despertar do sono e da inércia provocada pela aceitação da ideia de inferioridade promoveu em Maria a consciência da importância dessa questão para si própria, enquanto líder da pastoral, e dos demais integrantes:

Maria Rosalina: Quando ele fez toda a explicação da importância do ser negro nessa sociedade. Foi uma fala muito boa. Parece que eu estava adormecida, eu tava dormindo e quando terminou o encontro eu acordei. Quando eu acordei, entendi que eu, era importante tanto quanto os outros que estavam ali, e dessa trajetória eu continuei ainda na coordenação de pastoral da juventude. (Maria Rosalina dos Santos, 2023)

Tanto Maria, quanto Osvaldina eram e são, ainda hoje, mulheres de fé ligadas às atividades da Igreja Católica no município de Queimada Nova. Esse fato, então, impedia uma atitude crítica em relação à Igreja Católica da época, que não levaria em conta, segundo ela, as religiosidades de matriz africana presentes nas comunidades negras do semiárido piauiense e que sofriam com o preconceito da sociedade.

Como se percebe no trecho acima e em outros trechos da entrevista de Maria, ela traça um caminho que delinea uma trajetória linear a partir de sua participação na Pastoral da Juventude, passando pelo momento em que desperta para a questão do racismo. Essa concepção de trajetória, construída pela própria narrativa, e que remete à ideia da vida enquanto uma história, isto é, como “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2002, p. 185), também está presente na entrevista de Osvaldina. Ambas iniciam a entrevista narrando como começaram a mudar de postura no interior da participação em atividades da Igreja Católica, ao iniciar a militância na CEB. Em seguida, passam a citar outras instituições, pessoas e acontecimentos importantes para suas respectivas formações enquanto militantes. Na fala de Osvaldina Rosalina, CEB's e Igreja

aparecem enquanto espaços relevantes para se tornarem militante em prol de causas sociais, mas a militância negra (quilombola) foi despertada pelo seu tio José Andreolino da Silva⁹:

Osvaldina Rosalina: Então, o meu tio José Andreolino, foi através dele, que era também militante das CEB's, antes muito de nós, foi ele que despertou a nossa militância ainda nas CEB's. Ele começou a conversar comigo e com a minha irmã Maria Rosalina, dizendo, olha, minhas filhas, nós já ajudamos muito a Igreja, mas agora nós precisamos conhecer nós. É preciso conhecer a nossa história, precisa de ocupar o nosso espaço que a gente ainda não ocupamos. Nem na Igreja nós não ocupamos! Porque nós estamos lá como liderança de Igreja, mas cantando os cantos que a Igreja quer. Falando do jeito que a Igreja quer, mas nós não estamos lá cantando as nossas cantigas de negros e negras. Nós não estamos lá ocupando nosso lugar como negra e negro. Então, em (19)95 começamos a dar os primeiros passos. Agora, pensa nos passos sofridos. Pense! Mas a vontade de um dia nós saber falar de nós, eu, Osvaldina, saber falar de mim, me conhecer, era muito grande (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023).

A partir da fala do Osvaldina, inferimos que estamos diante de uma militância que foi sendo gestada na vivência em diferentes instituições, as CEB's, as pastorais da Igreja Católica e o movimento sindical. No caso de Maria Rosalina, depois de deixar as atividades na Igreja Católica, ela começou a se dedicar ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Queimada Nova, do qual foi fundadora e primeira presidente. Tratam-se de acontecimentos biográficos que, como inferiu Bourdieu, devem ser entendidos enquanto colocações e deslocamentos no espaço social, já que o conjunto das relações objetivas de um agente estão relacionados ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo (BOURDIEU, 2002, p. 190). Maria Rosalina narra suas relações com outras lideranças, assim como o deslocamento de sua trajetória da Pastoral da Juventude para o sindicalismo rural, representada novamente por meio da palavra “despertar”, com o sentido de indicar a transposição de um estado de dormência:

Maria Rosalina: Quando eu saí da Pastoral da Juventude o município de Queimada Nova foi desmembrado do município de Paulistana, foi emancipado. Aí, ainda muito jovem, mas eu já saí com esse despertar e quando o município foi emancipado, eu, juntamente com outros, outras lideranças, a gente fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹⁰ e eu assumindo a presidência. E assumir isso no sentido de começar a compartilhar um pouco desse aprendizado, desse despertar. [...] o foco maior

⁹ Militante e líder do quilombo Chupeiro, localizado no município de Paulistana, Piauí, faleceu em um acidente de automóvel no ano 2000.

¹⁰ O sindicato foi fundado em 16 de março de 1993, conforme <https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/sind-dos-trabalhadores-rurais-de-queimada-nova-piaui-35127430000153>. Acesso: setembro de 2023.

era o movimento sindical, mas em todas as atividades que a gente ia, que eu ia, eu furava o bloqueio para fazer a discussão racial. E se era atividade das CEB's tentava os negros que tinha ali, tentava nos momentos vagos chamar para a gente fazer a discussão. (Maria Rosalina dos Santos, 2023)

Como se depreende do trecho acima, ela ressalta também a sua preocupação e o seu protagonismo ao buscar introduzir a discussão racial nesse novo espaço social e conversar com outras pessoas negras nas CEB's. Percebe-se que suas ações e discussões passam a articular as categorias classe – trabalhadores rurais – e raça – “os negros que tinha ali”. A expressão “eu furava o bloqueio para fazer a discussão racial” remete à resistência existente em promover tal discussão no movimento sindical.

A emancipação de Queimada Nova e a fundação do sindicato dos trabalhadores datam do início dos anos 1990, período no qual estava sendo gestado o movimento quilombola no Piauí, representado por pessoas ainda hoje citadas e em atividade no movimento negro e quilombola, tais como Osvaldina Rosalina, Nego Bispo, Naldinho e Maria Rosalina. Como se depreende em processos de rememoração, acontecimentos, personagens e lugares são constitutivos da memória individual e também coletiva (POLLAK, 1992, p. 201). Ambas as entrevistadas lembram dos falecidos José Andreino e da professora Maria Sueli Rodrigues de Sousa, líderes reconhecidos pela sua contribuição nas discussões sobre consciência negra e organização das comunidades quilombolas do Piauí. Rosalina e Osvaldina, nas entrevistas e em conversas informais, dão conta que seu tio, José Andreino, trouxe a questão étnico-racial para as discussões que ocorriam entre os negros das comunidades dos municípios de Paulistana e Queimada Nova depois de sua participação em Encontro das CEB's em Santa Maria (RS):

Osvaldina Rosalina: Tinha um tio da gente, que hoje é falecido, o José Andreino, que participou de um encontro em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que tratava exclusivamente do tema [questão racial] e quando ele chegou, chamou eu, Osvaldina e mais outras lideranças e disse: “olha, nós precisamos de tomar para nós essa questão de reconstruir a nossa história. Essa história que foi desfeita. Nós precisamos de reconstruir a nossa história. Nós somos os responsáveis”. E a gente tinha apenas a boa vontade. Ele disse: “vamos fazer um encontro com as comunidades aqui de Paulistana”. E foi desse encontro que a gente fez com algumas comunidades que a gente pautou esse reconstruir da história das comunidades. Ainda de forma muito tímida, mas a gente conseguiu realizar o encontro. Então, a minha militância no movimento quilombola, eu tive que passar por essas etapas para de fato, é, ganhar fôlego pra trazer para o debate a nossa existência. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

No site das CEB's consta memória do VIII Encontro Intereclesial das CEB's ocorrido em Santa Maria, em 1992, que teve como tema: "Cebs, povo de Deus renascendo das culturas oprimidas". Citados são "negros, índios, mulheres, trabalhadores e migrantes".¹¹ Na reprodução da fala de José Andreilino, constante da narrativa oral de Osvaldina, a afirmação de uma história em comum, uma das bases da etnicidade, e a reivindicação da escrita dessa história pelos próprios negros, visava subverter uma relação de poder e saber instituída pelo poder colonial, reproduzida até então, que desfez a história dos negros, assim como assumir a autoria dessa história. Conforme a fala de José Andreilino: "tomar pra nós essa questão de reconstruir a nossa história".

Pode-se entender que no chamado do tio de Osvaldina, que ela ratifica na entrevista, estão presentes os pressupostos de um projeto de descolonização da história que, como apontara o tio, demandava refazer o que foi desfeito. Seu chamado para "reconstruir a nossa história" implicava mobilizar os próprios sujeitos subalternizados pelas relações de poder e saber locais num projeto coletivo. Ao assumir esse discurso, Osvaldina e outras pessoas envolvidas nesse movimento buscavam ser "sujeitos de seu próprio discurso" (GONZALEZ, 2011, p. 13), uma posição reivindicada por intelectuais negras que se destacavam na promoção desse debate.

No chamado do tio estava presente um discurso performativo, ou seja, um discurso que pretende fazer acontecer o que enuncia (BOURDIEU, 2008, p. 111), próprio da linguagem de lideranças de movimentos sociais. Podemos compreender que José Andreilino em depois, as duas "Rosalinas", passara a figurar, a partir de uma rede de relações sociais, enquanto um mediador e agente étnico. Segundo Regina Weber, ao conjugar "práticas ('ações') com representações, os agentes fundamentam, reforçam e propagam identidades étnicas, as quais, se possuírem um elemento de criação e invenção, não operam no vazio, pois o passado e a história foram chamados a serem fiadores da memória". (WEBER, 2014, p. 727). Os grupos étnicos baseiam sua identidade na construção de uma memória histórica, na construção de uma história em comum (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 165).

Na história narrada por Osvaldina, cujo fio condutor é sua militância, percebe-se os aprendizados que teve com outros sujeitos negros que foram/são atuantes em movimentos que trabalham com e em prol de populações ou grupos em situação de vulnerabilidade social. Sua

¹¹ 25 anos do 8º Intereclesial/Carta de Apoio a Francisco, Bispo de Roma. Disponível: <https://cebsdobrasil.com.br/memoria-dos-25-anos-do-8-intereclesialcarta-de-apoio-francisco-bispo-de-roma/>. Acesso: setembro de 2023.

narrativa de vida constitui uma trajetória ascendente formada por “etapas” que teriam culminado com sua participação no movimento quilombola: “Então, a minha militância no movimento quilombola, eu tive que passar por essas etapas para, de fato, é, ganhar fôlego pra trazer para o debate a nossa existência”. Essa fala incisiva, - “trazer para o debate a nossa existência” -, novamente marca a invisibilidade da categoria raça/etnia nos movimentos sociais, dos quais então participava, e o protagonismo em trazer essa discussão.

Esse movimento pessoal é interpretado no tempo presente enquanto necessário e indispensável para a sua formação enquanto uma liderança que contribuiu para a afirmação de uma identidade social fundamentada na etnicidade, no caso, a identidade negra e quilombola.

No processo de afirmação da identidade negra e quilombola e de reivindicação da demarcação e reconhecimento de direito, a questão cultural se tornou propulsora das demandas quilombolas no Piauí, muito embora ela tenha sido trabalhada com lentidão e perseverança, pois não dependia da vontade individual ou do desejo de lideranças. Estas passaram a assumir a responsabilidade de aprofundar conhecimentos sobre práticas e traços culturais entendidos enquanto definidores de uma identidade quilombola que, inclusive, não estavam mais em prática nas comunidades. As lideranças, todavia, entendiam que esse movimento de reconexão com a ancestralidade dependia de esforços coletivos e da adesão dos próprios moradores dos territórios reivindicados como quilombos. Como apontam Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 157-159), “as fronteiras étnicas são manipuláveis pelos atores” e os limites de um grupo de pertença podem ser definidos e redefinidos no decorrer das interações sociais.

De acordo com Maria, era preciso conhecer, incentivar, tratar com respeito e investir em “todas as manifestações culturais que o próprio sistema contribuiu para ficar no esquecimento” (Maria Rosalina, 2023). A denominação “sistema” pode ser entendido como a estrutura social que não visibilizava ou que constrangia práticas culturais dos negros no interior do Piauí, assim como o próprio governo do estado, que através de órgãos como o EMATER, não trabalhava no sentido de considerar as peculiaridades das comunidades negras rurais, ao tratar todos como trabalhadores rurais. Essa forma de tratamento acabava gerando um afastamento das particularidades culturais dos quilombolas, principalmente o uso que faziam da terra e de seus territórios, considerados espaços sagrados, e que deveriam ser protegidos para as gerações futuras.

Na caminhada de “organização das comunidades” Maria Rosalina foi ampliando o conhecimento sobre a realidade dos negros quilombolas no semiárido piauiense. A partir das

experiências acumuladas nas visitas e na convivência com quilombolas em diferentes regiões do estado, Maria Rosalina, filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1991¹², tomou a decisão de investir numa participação ativa na política partidária do município de Queimada Nova. Maria Rosalina foi candidata a vereadora, derrotada em uma oportunidade e vitoriosa na eleição de 2009 e reeleita em 2012. Nesse processo, Maria Rosalina passa a ser chamada de Maria do Povo, denominação que reconhece e utiliza em sua representação de si na entrevista. Em 2022 concorreu nas eleições do Estado como candidata a deputada, mas não teve êxito.

Osvaldina Rosalina, ao contrário de sua irmã Maria, não possui experiências como candidata a cargo eletivo. Atualmente, suas atividades são dedicadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova e à coordenação da CECOQ. Na entrevista, Osvaldina se projeta como militante em busca de conhecer a sua história e do seu povo:

Osvaldina Rosalina: Assumi a militância nas CEB's, nas Comunidades Eclesiais de Base. E daí também comecei dentro das CEB's a assumir a militância sindical e no partido político. Em (19)92 iniciei um curso de teologia pastoral. Esse curso me ajudou muito a perceber que além de uma mulher militante na Igreja e nos movimentos sociais, eu sou uma mulher negra. E aí esse espaço estava muito vazio, ou seja, eu não conseguia... ainda não tinha conseguido me encontrar, a Osvaldina, a negra Osvaldina. Porque não conhecia a minha história, não conhecia as minhas raízes, não conhecia de onde eu vim, a quem eu pertencia, não conhecia de fato a história de um povo que aqui chegou, nesse Brasil, de muita riqueza construída pela mão desse povo. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

Na conexão entre diferentes temporalidades presentes neste trecho, percebe-se como a identificação étnico-racial no tempo presente – “eu sou uma mulher negra”, a “negra Osvaldina” – é afirmada enquanto resultado de um processo de autoconhecimento e de aprendizagem da história dos negros, da diáspora africana no Brasil – “um povo que aqui chegou”, como ela diz – e do seu papel econômico – a construção da riqueza do país. Assim, no tempo presente da entrevista, ela associa sua dificuldade no passado em se afirmar enquanto “mulher negra” também pelo desconhecimento da história do “povo” ao qual pertence. O “espaço que estava muito vazio”, como ela se refere, é uma leitura feita no tempo presente da entrevista que remete à ideia de ausência, à época, de um sentimento de identidade associado a suas “raízes” negras.

¹² O Partido dos Trabalhadores (PT), foi fundado no Município de Queimada Nova em 1991, no mesmo ano, as irmãs Maria Rosalina e Osvaldina Rosalina se filiaram ao partido.

Como sabemos, a memória precede a construção da identidade ou, como formula Candau, “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (CANDAU, 2011, p. 19). Como se depreende no caso de Osvaldina, esse processo de conhecer suas “raízes”, no nível individual, ocorreu ao mesmo tempo no nível coletivo, a partir da estruturação do movimento quilombola no Piauí.

Esses deslocamentos identitários vividos e narrados nas entrevistas colocam ambas “Rosalinas” na roda da militância negra e quilombola no estado do Piauí, cujas ações e atividades tinham maior intensidade, à época, na capital Teresina.

“Não era o governo que ia dizer o que e a forma como ia trabalhar com as comunidades quilombolas”: a força da militância quilombola

Os quilombolas do Piauí estão organizados em uma Associação Estadual das Comunidades Quilombolas (CECOQ), pessoa jurídica que representa os quilombos do estado, que está ligada à Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). A sede da CECOQ fica em Queimada Nova e a coordenação foi fundada pela necessidade de uma organização jurídica que pudesse fazer a articulação entre os quilombolas e as instâncias de poder que viabilizam atividades e promovem políticas públicas no estado.

A trajetória até a consolidação da CECOQ como instituição representativa das Comunidades Quilombolas no estado se confunde com a própria formação de Maria e Osvaldina enquanto militantes do movimento quilombola e capazes de gerar demandas ao governo estadual em atendimento aos interesses dos quilombolas, principalmente nas questões de saúde, educação e políticas para a regularização fundiária.

Desde a provocação feita pelo tio, José Andreilino, em 1992, Maria e Osvaldina começaram a organizar encontros de quilombolas em diferentes comunidades no município de Paulista. De acordo com Osvaldina, não havia recursos financeiros e nem pessoal para ampliar atuação em outros municípios do Piauí. As dificuldades para a realização dos encontros foram sendo superadas, os quais continuaram acontecendo com ajuda de pessoas ligadas ao movimento, que estava nascendo como articulador das atividades dos quilombolas. De acordo com Osvaldina, o trágico acidente que vitimou José Andreilino, em 2000, deixou todos “desnorteados”, mas continuava o desejo de fazer os encontros de quilombolas para atingir “os objetivos que era conhecer a nossa história” (Osvaldina Rosalina, 2023).

Osvaldina associa o começo da organização do movimento quilombola no Piauí aos encontros realizados no município de Queimada Nova, ampliados depois para outros

municípios. Ela enfatiza que os três primeiros encontros de quilombolas foram cruciais para a formação de lideranças e a ampliação de comunidades que foram se reconhecendo como quilombos:

Osvaldina Rosalina: realizamos o primeiro encontro das comunidades quilombolas, aproximadamente nove comunidades, em São João do Piauí. [...] para ir a São João realizar 2 dias de encontro contamos com a ajuda de um padre alemão que morava em Paulistana. A alimentação foi na base da partilha e a assessoria foi de Sueli Rodrigues, saudosa Sueli Rodrigues, e Romeu Brito, que depois se tornou diretor do INCRA. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

O segundo encontro de comunidades quilombolas aconteceu na região de Picos, no município de Ipiranga do Piauí. De acordo com Osvaldina, “realizamos o segundo encontro na base da partilha, da coletividade que a gente ia fazendo”. Persistia a falta de recursos, mas o encontro contou com a participação de 60 comunidades autodeclaradas quilombolas e o movimento atingiu maior visibilidade das autoridades do estado. A experiência do segundo encontro demonstrou que havia no Piauí um desejo entre os moradores das comunidades negras rurais em ampliar os conhecimentos sobre a história dos negros para embasar a solicitação de registros de autorreconhecimento como quilombolas. Em 1997 o encontro de quilombolas retornou à Paulistana e ampliou suas pautas, sendo possível trazer, inclusive, palestrante de fora do estado e organizar atividades fora da comunidade. A missa de encerramento foi realizada na própria igreja do município de Paulistana:

Osvaldina Rosalina: O terceiro foi (19)97, em Paulistana, a gente contou com a parceria, novamente, do padre Otto, que era o padre alemão. Ele pagou o assessor, que foi um rapaz de Salvador. Ele era filho de mãe de santo, mas ele era da Pastoral Negra também. Então, foi o encontro que a gente contou, aproximadamente, com as 280 pessoas. O dia todo e a noite a gente celebrou a missa afrobrasileira. Tinha mais ou menos umas 500 pessoas na matriz. A gente ocupou a matriz e quem celebrou para nós foi esse padre, que esse padre, foi ele que começou a quebrar os preconceitos da paróquia de Paulistana [...]. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

Esses eventos foram o “despertar” dos envolvidos para a necessidade de haver maiores articulações que tivessem como objetivo a organização coletiva a nível de estado, a ampliação dos conhecimentos sobre a história dos negros do Piauí e, principalmente, a redação de documentos com a pauta dos quilombolas. De acordo com Maria Rosalina, a

representatividade coletiva através da CECOQ nasceu informalmente no final dos anos 1990, como uma coordenação de lideranças quilombolas apenas da região de Paulistana. Em 2000 houve uma ampliação da coordenação com a entrada de lideranças de outras regiões do Piauí.

No período em que a CECOQ esteve em fase de organização houve mudanças na gestão federal e estadual, com a eleição do presidente Lula e do governador Wellington Dias, ambos do PT, quando foram criados programas e efetivadas políticas públicas voltadas aos quilombolas. No Piauí, o momento foi propício para a aproximação das lideranças quilombolas com órgãos do governo estadual. Lideranças como Osvaldina, Nego Bispo, Naldinho e Maria Rosalina, em momentos oportunos, elencavam as condições para a execução de políticas públicas e demais atividades nos quilombos.

Para Osvaldina, o alinhamento entre o governo federal e o estadual proporcionou uma abertura para as lideranças quilombolas: “Então, aqui no Piauí, como a gente tinha o governo da mesma linha, então em março dia 26 de março de 2003 Wellington Dias chamou a coordenação estadual, que nós éramos em 3 membros, para uma conversa”. É nessa conversa que são apresentadas as demandas dos quilombolas. Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso não foram atendidas demandas que já estavam postas. Foi necessário transformar falas dos gestores públicos em investimentos e ações práticas para melhorar a vida nos quilombos:

Osvaldina Rosalina: A gente mobilizou um seminário com todas as comunidades quilombolas mapeadas naquela época. Eram, aproximadamente, 60 comunidades quilombolas no estado do Piauí. E a gente diz, inclusive a Maria Rosalina, [...] falou pra ele [governador Wellington Dias] que não era o governo que ia dizer o que e a forma como ia trabalhar com as comunidades quilombolas, mas era o próprio movimento quilombola que iria dizer para o governo como era a forma que deveria trabalhar com as comunidades quilombolas. E íamos escolher a Secretaria que nós queríamos. [...] queremos a Secretaria de Assistência Técnica, o EMATER. Porque, de fato, é uma das maiores carências das comunidades quilombolas, das famílias quilombolas, é a assistência técnica. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

Assim como se reivindicava o papel de sujeito na escrita da história das comunidades quilombolas, aqui se pleiteava o direito de, em parceria com o governo estadual, gestar políticas e ações voltadas para essas comunidades. Mais do que isso, Osvaldina e outras lideranças enfatizavam a necessidade de subverter a relação entre saber e poder, que historicamente tratou as comunidades como meros objetos das políticas, e não como sujeitos

ativos nesse processo. É importante lembrar que, à época desses programas, vivia-se um momento de reconhecimento jurídico dos direitos das populações quilombolas, além da publicação de legislação específica voltada para essas comunidades. A legislação que assegura direitos a grupos socialmente subalternizados, como desenvolve Alex Honneth (2003), é uma das condições para a autorrealização da estima social, cujas relações, todavia, precisam ser partilhadas amplamente pela sociedade para que a luta por reconhecimento se efetive.

A partir dessas negociações e mesmo das imposições dos quilombolas foram formalizadas, em abril de 2004, ações do governo do estado junto às comunidades quilombolas, através da inserção do EMATER nelas, por meio do projeto ATER no Quilombo. Inicialmente, o projeto deveria tratar de extensão rural, mas pela insistência das lideranças quilombolas foi direcionado, de acordo com Osvaldina, “para o trabalho de autorreconhecimento das comunidades quilombolas”, entendido como uma condição para fortalecer os quilombolas que com fundamentos passam a exigir seus direitos. As propostas do financiador, o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), não prosperaram nos quilombos do Piauí:

Osvaldina Rosalina: E nós, a coordenação estadual do movimento quilombola, aqui no Piauí, a gente disse: “nós queremos um projeto para trabalhar gente, fazer pessoa, fazer liderança, fazer militância” e a gente sofreu muita resistência da FAO. Porque a FAO não entendeu, não entendia esse lado. Pra ela projeto era a criação de ovelha, horta, hortaliça, fábrica de doce, não sei mais o que, não sei mais o que. (Osvaldina Rosalina dos Santos, 2023)

A partir de 2007, nesse contexto de negociações e convencimentos, a CECOQ foi se consolidando como personalidade jurídica, fato que coincidiu com o fortalecimento do Programa Brasil Quilombola, através a instituição da Agenda Social Quilombola, criada pelo Decreto Presidencial nº 6.261/2007, com a meta de integrar os órgãos federais com ações direcionadas aos quilombolas. Dessa forma, deveria ser atingido o objetivo de “gerar a melhoria das condições de vida com ampliação do acesso a bens e serviços nas comunidades quilombolas” (SANTANA FILHO, 2018, p. 219). Maria Rosalina comenta sobre a importância da formalização de uma entidade jurídica que representasse as comunidades quilombolas no estado e sobre a sua representatividade no momento atual:

Maria Rosalina: Então, é a gente veio criar uma personalidade jurídica, em 2007, até então a gente era esse grupo de coordenadores que assumia essa

militância. Mas a gente criou a pessoa jurídica no sentido de ter essa estrutura que pudesse dialogar em alguns espaços que necessitava de ter esse diálogo de pessoa jurídica, mas a gente continuou com a coordenação. Então, a pessoa jurídica é um grupo pequeno e a coordenação ampliada é um grupo maior com representante de várias regiões do estado para ter essa articulação de forma dialogada com todas as regiões do estado. É tanto que hoje a presença e o acompanhar da CECOQ está de norte a sul do estado. Todas as comunidades quilombolas do estado do Piauí conhecem quem e conhecem a missão da CECOQ. (Maria Rosalina dos Santos, 2023)

Devido ao lugar social ocupado pelas entrevistadas e o papel delas no movimento quilombola, a missão da CECOQ pode ser confundida, inclusive, com a missão de vida delas, que continuam ativas na coordenação das atividades da instituição. Esse envolvimento social se tornou garantia de conquistas, seja de direitos, seja da possibilidade de continuar lutando, numa caminhada ainda em processo de consolidação.

Considerações finais

Uma das preocupações deste artigo foi entender a própria constituição das narrativas das entrevistas concedidas pelas duas “Rosalinas”. Desde as suas respectivas representações de si, presentes no início das entrevistas, passando por outros trechos, consolidam-se unidades narrativas que apontam para o desenvolvimento de um processo de constituição de subjetividades militantes. Essas subjetividades são perpassadas, nas histórias vividas e narradas, por marcadores de gênero, de classe, de raça/etnia, sobretudo o último, provavelmente também em função de seus papéis ativos enquanto lideranças da CECOQ e do próprio tema gerador das entrevistas. A escuta proporcionada pelas entrevistas resultou em narrativas que constituíram temporalidades lineares e ascendentes, por meio da qual ocorrem processos de autoconhecimento enquanto mulheres negras e de reconstrução do passado do ‘povo negro’, concomitantes aos seus envolvimento em movimentos sociais.

Os lugares sociais e políticos ocupados por elas no presente, enquanto lideranças, são entendidos enquanto resultado de suas participações ativas nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEB’s), em entidades de classe (sindicato de trabalhadores rurais), no Partido dos Trabalhadores e no movimento quilombola. O “despertar” para a questão racial, segundo Maria Rosalina e, também, Osvaldina Rosalina, dá-se ainda nas CEB’s, momento em que afirmam traçar seus caminhos de luta e mobilização a partir, também, dessa chave de leitura das diferenças e desigualdades sociais. O processo de subjetivação a partir dessa compreensão

é delineado em meio a enfrentamentos e lutas coletivas por reconhecimento social dos quilombolas enquanto sujeitos de sua própria história.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Solimar Oliveira e FIABANI, Adelmir (Orgs.). **Sertão Quilombola**: comunidades negras rurais no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2017.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos; PEREIRA, Marcos Emanuel. Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 30-49, 2018.

FREUND, Alexander. Entrevistas de História Oral como dados gerados em processo. **Tempos Históricos**, v. 17, p. 28-62, 2. Sem. 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-20, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. Mulheres Negras: racismo, identidade e discurso étnico. **Mosaico Social**, Florianópolis, v. 2, p. 11-21, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 2 Campinas: Papyrus: 1995.

RODEGHERO, Carla S.; ALVES, Clarissa S.; WEIMER, Rodrigo A. **História oral da Covid-19: reflexões desde o Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. **A geopolítica de Estado e do Território Quilombola no século XXI**, Jundiaí: Paco, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, V. B. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020.

SANTOS, Daniely Monteiro. Maria do Povo, força e raça: história e memória de Maria Rosalina no movimento quilombola (1985-2013). In: LIMA, Solimar O.; FIABANI, Adelmir (Orgs.). **Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2017.

SANTOS, Denise Bispo dos. **Para além dos fios: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade**. Sergipe, 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2019.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, 2020.

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n.2, p.703-733, mai./ago. 2014.

Fontes orais

SANTOS, Maria Rosalina dos [59 anos]. Maio de 2023. Entrevistador: DUQUE, Adauto Neto Fonseca. Quilombo Tapuio. 10 Mai. 2023.

SANTOS, Osvaldina Rosalina dos [63 anos]. Maio de 2023. Entrevistador: DUQUE, Adauto Neto Fonseca. Entrevista via aplicativo WhatsApp. 23 Mai. 2023.

Recebido em: 13 de novembro de 2023

Aprovado em: 10 de junho de 2024